

O passado não existe, o passado é hoje

Wilson Milani

Com frequência, o esforço para qualificar a forma predominante que o autoritarismo vem assumindo neste século tem ganhado uma formulação bastante singela: como foi que chegamos até aqui?

No caso brasileiro, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representou o fim da Nova República, termo utilizado até então para designar o período da redemocratização. A chegada de um defensor da ditadura militar na Presidência representou uma "ruptura" no sentido de que ela tanto pôde inventar formas novas de violência e arbítrio como foi capaz de reativar formas consideradas até então superadas. Nesse ponto, não nos falta um repertório robusto de práticas de ódio e segregação – reais e simbólicas – do qual o bolsonarismo pôde se servir e do qual ele também é resultado. Elementos autoritários e regressivos fazem parte desde sempre de nosso sistema político e de nossa formação social como país.

Para ficar em alguns poucos exemplos, nunca se consolidou por aqui uma tradição de garantias individuais e direitos civis; o Poder Judiciário, central em qualquer democracia, segue operando a partir de uma lógica autônoma e intraoligárquica; os militares, por sua vez, não foram submetidos a uma justiça de transição efetiva; não se discute a sério o papel da violência no processo de formação da cultura e da sociabilidade brasileiras. Por conta de tudo isso, o arbítrio parece estar em estado de latência permanente no Brasil, pronto para aflorar quando a ocasião assim convier, como foi em 1937, 1964 e, mais recentemente, 2023.

Com efeito, quando o tema é a violência perpetrada pelo Estado, passa a valer a proposição que dá título a este breve texto: "o passado não existe, o passado é hoje". Como já disse uma importante historiadora brasileira, "certas formas de violência política atravessam a vida do país sem envelhecer"¹.

¹ STARLING, Heloisa Murgel. "O passado que não passou". In: Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Portanto, as imagens dos desmantelamentos das gráficas do Partido Comunista do Brasil (PCB) que compõem este Portfólio fazem parte de uma longa história nacional, reiterada continuamente no presente, de ataques à imprensa, à liberdade de expressão e à opinião dissidente. Elas fazem parte dos acervos policiais hoje sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).





A gráfica clandestina do PCB em fins de 1939.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

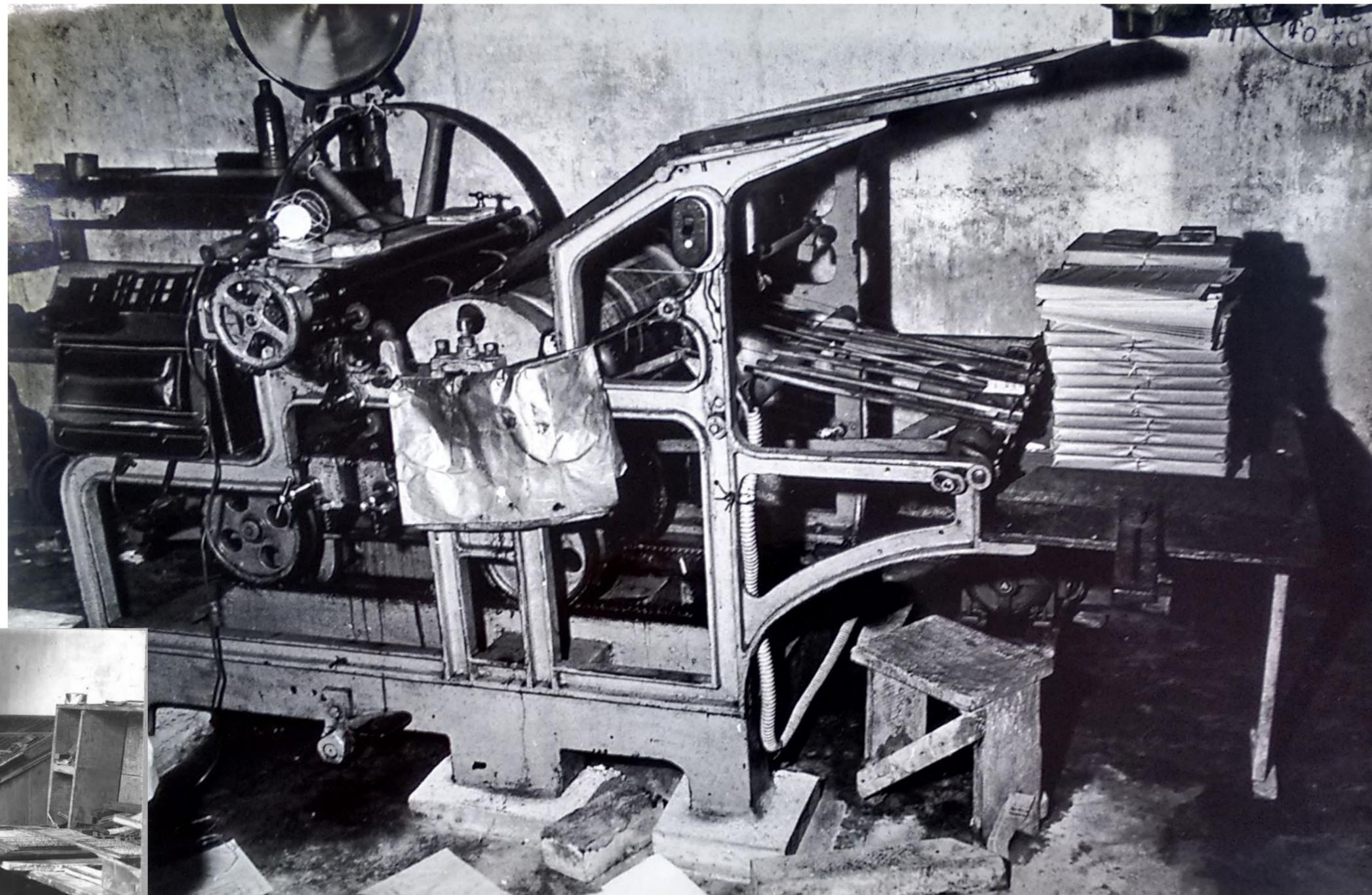


A prova maior do crime antinacionalista do PCB. Impresso do final dos anos 1970.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Principal máquina do
"complexo gráfico" do PCB
no final dos anos 1970.

Fonte: Arquivo Público do
Estado do Rio de Janeiro (APERJ)



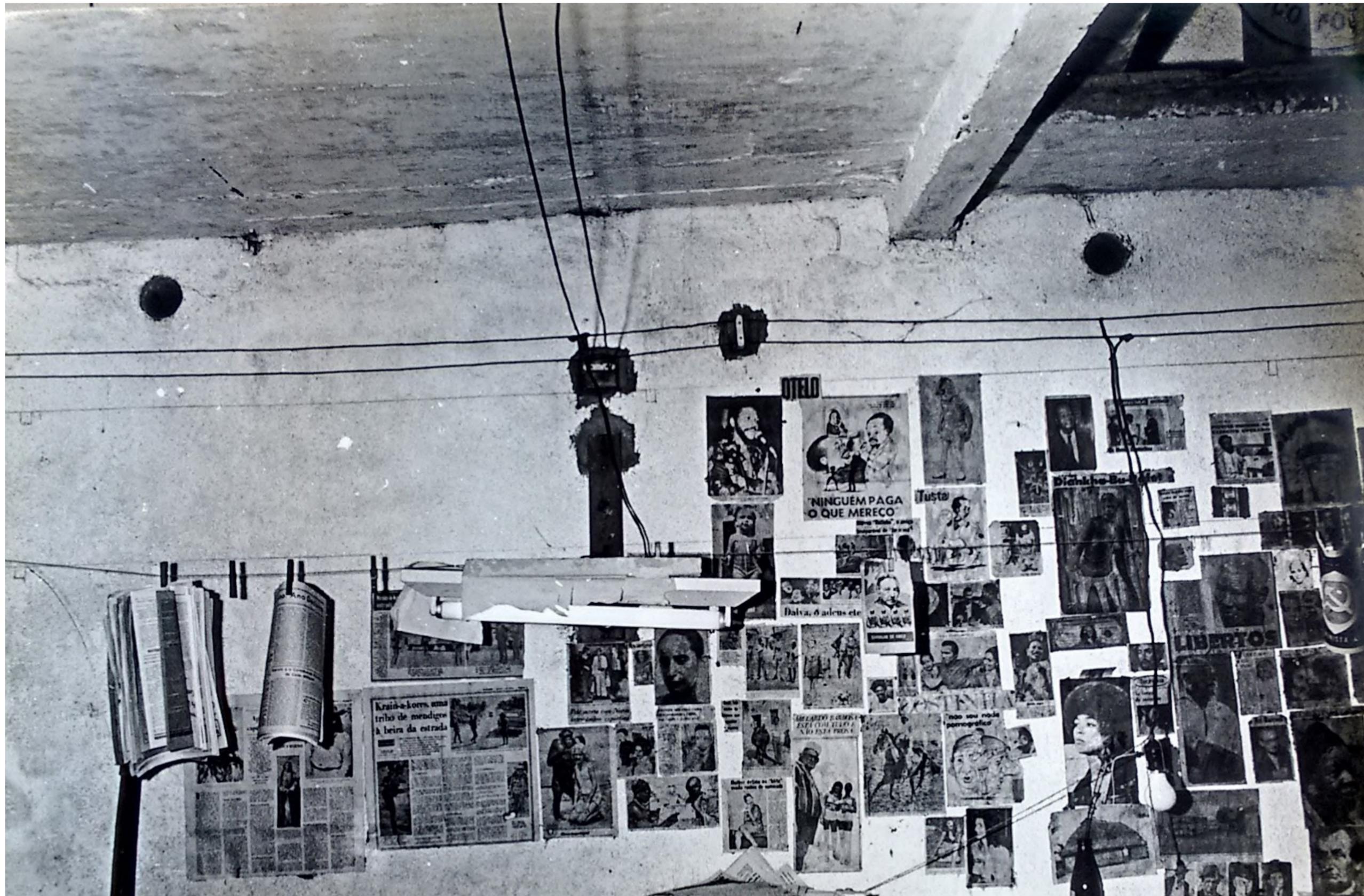
Máquina impressora do PCB,
objeto de desejo da repressão no Estado Novo.

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo (APESP)



No aparelho em Quintino, os policiais montam a cena do crime em 1939, com destaque às máquinas e ao material impresso

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)



Vista de uma das paredes da tipografia do PCB em 1975.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)